

ANTÔNIO AUGUSTO
MAYER DOS SANTOS

ELEMENTOS PRÁTICOS DE PROCESSO ELEITORAL

Londrina/PR
2024


THOTH
E D I T O R A

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Santos, Antônio Augusto Mayer dos.
Elementos Práticos de Processo Eleitoral/
Antônio Augusto Mayer dos Santos –
Londrina, PR: Thoth, 2023.

269 p.
Bibliografias: 263-268
ISBN: 978-65-5959-672-0

1. Direito Processual Eleitoral. 2. Direito
Eleitoral. 3. Recursos. I. Título.

CDD 341.4

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: O autor

Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual: 341 4

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.^a Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
APRESENTAÇÃO.....	13
PREFÁCIO.....	15
ABREVIATURAS.....	19

CAPÍTULO 1

RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL.....	27
1.1 Introdução: o tempo e a sua importância para o Direito e o processo.....	27
1.2 Disciplina constitucional da razoável duração do processo.....	31
1.2.1 Características do inciso LXXVIII.....	32
1.3 Função jurisdicional do Estado.....	33
1.4 Princípio da Celeridade.....	34
1.5 Votações anuladas e eleições suplementares. Dispensa de trânsito em julgado (CE, art. 224, §§ 3º e 4º). Valorização do Princípio da Celeridade.....	35
1.6 Casuística.....	38
1.6.1 Duração razoável do processo e produção de provas. Conciliação. Critérios adotáveis.....	38
1.6.2 Ação de Impugnação de Registro de Candidatura.....	40
1.6.3 Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	43
1.6.4 Recurso Contra a Expedição de Diploma.....	45
1.6.5 Embargos de declaração.....	47
1.6.6 Investigação Judicial Eleitoral.....	48
1.6.7 Inquérito policial.....	49
1.6.8 Prestação de contas.....	51
1.7 Duração razoável do processo eleitoral e cooperação.....	51

CAPÍTULO 2

PRESTAÇÃO DE CONTAS E ADVOCACIA.....	53
2.1 Etapa judicial do processo eleitoral.....	53
2.2 Princípios essenciais.....	54
2.3 A Constituição Federal e a advocacia.....	54

CAPÍTULO 3

REGISTRO DE CANDIDATURA E ALEGAÇÕES FINAIS.....	57
3.1 Disciplina legal e breve introdução.....	57
3.2 Facultatividade ou obrigatoriedade.....	57
3.3 Casuística.....	59
3.4 Breve análise crítica.....	60

CAPÍTULO 4

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL CUSTOS LEGIS..	63
4.1 Ministério Público Eleitoral: brevíssima síntese.....	63
4.2 O parecer ministerial como peça opinativa.....	66
4.3 Divergências de entendimento e independência funcional.....	69

CAPÍTULO 5

O MEMORIAL NOS TRIBUNAIS ELEITORAIS.....	73
5.1 Introdução e conceito.....	73
5.2 Características.....	75
5.2.1 Facultatividade.....	75
5.2.2 Documento extraprocessual.....	77
5.2.3 Auxiliar.....	78
5.2.4 Concisão e objetividade.....	78
5.3 Casuística.....	79
5.3.1 Vedação de inovação ou suplementação de razões recursais.....	79
5.3.2 Juntada de documentos por memoriais.....	80
5.3.5 Arguição de fato superveniente.....	87
5.4 Finalidades.....	87
5.4.1 Complementar.....	87
5.4.2 Convencimento.....	88
5.4.3 Substituição.....	88
5.5 Regulamentação do encaminhamento de memoriais pelos tribunais regionais eleitorais.....	88
5.5.1 Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG).....	89
5.5.2 Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA).....	89
5.5.3 Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso (TRE/MT).....	89
5.5.4 Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE/MS).....	89
5.5.5 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE/PB).....	90
5.5.6 Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR).....	90
5.5.7 Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE).....	90
5.5.8 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE/RS).....	90
5.5.9 Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC).....	90

5.5.10 Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP).....	91
---	----

CAPÍTULO 6

SUSTENTAÇÃO ORAL NA JUSTIÇA ELEITORAL: LIMITES E PECULIARIDADES.....	93
6.1 Introdução	93
6.2 Características.....	98
6.2.1 Facultatividade	99
6.2.2 Dialética	100
6.2.3 Ato concentrado.....	100
6.2.4 Limitação	100
6.2.5 Vedação à leitura de memoriais na sessão de julgamento	101
6.3 Casuística.....	101
6.3.1 Gravidade das sanções. Controvérsia da matéria. Sustentação oral. Recomendação. Provimento de agravo.....	101
6.3.2 Vedação de ampliação de exigências pelos tribunais regionais para o exercício da sustentação oral.....	102
6.3.3 Indeferimento de sustentação oral. Postulação regimentalmente intempestiva.....	104
6.3.4 Desnecessidade em caso de indicação de desfecho favorável	104
6.3.5 Arguição de fato superveniente.....	105
6.3.6 Pauta de julgamento. Nome do advogado regularmente constituído. Intimação. Defeito. Nulidade. CPC, art. 272, §2º.....	109
6.3.7 Magistrado. Biênio cessado. Voto proferido. Validade. Desnecessidade de renovação da sustentação oral.....	113
6.3.8 Magistrados que não assistiram ao relatório e à sustentação oral.....	114
6.3.9 Ilegalidade na distribuição do tempo de tribuna. Momento processual para suscitar a ofensa. Preclusão	115
6.3.10 Substabelecimento às vésperas do julgamento. Tribunal. Pedido de adiamento. Indeferimento.....	115
6.3.11 Tempo para a sustentação oral.....	116
6.3.12 Ação penal de competência originária de tribunal. Assistente da acusação. Limitações de atuação. Uso da tribuna. Possibilidade	116

CAPÍTULO 7

<i>NOTITIA CRIMINIS</i> ELEITORAL.....	121
--	-----

CAPÍTULO 8

INAPLICABILIDADE DO ART. 600, §4º DO CPP AO PROCESSO PENAL ELEITORAL	127
--	-----

8.1 Disciplina legal e introdução.....	127
8.2 Recorribilidade nos crimes eleitorais. Princípio da Especialidade. Jurisprudência remansosa do TSE e do STF	128
8.3 Recurso. Interposição. Requerimento de concessão de prazo para apresentação de razões recursais na origem. CPP, art. 600, caput. Deferimento. Rejeição de intempestividade. Conhecimento do apelo	132

CAPÍTULO 9

INAPLICABILIDADE DO PRAZO EM DOBRO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO (CPC, ART. 180) NA JUSTIÇA ELEITORAL	137
9.1 Introdução	137
9.2 Disciplinamento específico dos prazos no Direito Eleitoral	137

CAPÍTULO 10

CONSULTAS ELEITORAIS	145
10.1 Introdução e disciplina legal	145
10.2 Finalidades	147
10.3 Características.....	148
10.3.1 Prevenção	149
10.3.2 Diretriz interpretativa	149
10.3.3 Caráter não vinculante.....	151
10.3.4 Irrecorribilidade.....	152
10.3.4.1 Irrecorribilidade de consulta não conhecida por TRE.....	153
10.3.5 Procedimento administrativo.....	153
10.4 Pressupostos.....	154
10.4.1 Legitimidade	154
10.4.1.1 Conceito de autoridade pública.....	155
10.4.1.2 Legitimidade perante o TSE.....	156
10.4.1.3 Legitimidade perante os tribunais regionais eleitorais.....	158
10.4.1.4 Órgão nacional de partido político.....	161
10.4.2 Pertinência temática	162
10.4.3 Abstração.....	165
10.4.3.1 Especificidade.....	167
10.5 Tempestividade	169
10.6 Casuística	170
10.7 Ementário	171

CAPÍTULO 11

TESTEMUNHA COPARTÍCIPE DE CRIME	191
---------------------------------------	-----

CAPÍTULO 12

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO ELEITORAL (PPE)	195
12.1 Disciplina legal e introdução.....	195
12.2 Interpretação do art. 105 da Lei nº 9.504/97 conforme a Constituição Federal.....	196
12.3 Características e instrução do PPE.....	201
12.4 Considerações	203

CAPÍTULO 13

NOTÍCIA DE INELEGIBILIDADE	205
13.1 Introdução	205
13.2 Legitimidade e tempestividade	205
13.3 Plenitude dos direitos políticos	207
13.4 Representação processual.....	207
13.5 Irrecorribilidade pelo eleitor.....	208
13.6 Notícia de inelegibilidade e litigância de má-fé.....	208
13.7 Notícia de inelegibilidade temerária.....	210
13.8 Casuística	211

CAPÍTULO 14

DIPLOMAÇÃO DE SUPLENTES	213
14.1 Introdução e disciplina legal	213
14.2 Casuística	214
14.2.1 Número de suplentes a diplomar.....	214
14.2.2 Diplomação coletiva.....	215
14.2.3 Diplomação em gabinete.....	215
14.2.4 Número de votos obtidos	215
14.2.5 Diplomação e prerrogativas.....	215
14.2.6 Diplomação e termo inicial para ajuizamento de impugnações.....	216
14.3 Diplomação de suplentes nas codificações eleitorais anteriores	217
14.3.1 Lei nº 48/35	218
14.3.2 Decreto-Lei nº 7.586/45	218
14.3.3 Lei nº 1.164/50.....	218

CAPÍTULO 15

CASSAÇÃO DE CHAPA MAJORITÁRIA E ELEGIBILIDADE	219
15.1 Princípio da indivisibilidade da chapa	219
15.2 Contribuição para a prática do ato.....	220
15.3 Prova da participação do beneficiário nas condutas irregulares.....	222
15.4 Jurisprudência: estabilização e segurança jurídica.....	223

CAPÍTULO 16

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NA JUSTIÇA ELEITORAL.....	229
16.1 Introdução	229
16.2 Disciplina legal.....	230
16.3 Sujeitos ativos.....	231
16.4 Tipicidade	231
16.4.1 Dedução de pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (art. 80, I)	233
16.4.2 Alteração da verdade dos fatos (art. 80, II)	235
16.4.3 Utilização do processo para a obtenção de objetivo ilegal (art. 80, III)	238
16.4.4 Oposição de resistência injustificada ao andamento do processo (art. 80, IV)	239
16.4.5 Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato processual (art. 80, V).....	240
16.4.6 Provocação de incidente manifestamente infundado (art. 80, VI)	242
16.4.7 Interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório (art. 80, VII).....	245
16.5 Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	251
16.6 Valores (<i>quantum</i>)	253
16.7 Análise crítica	254

CAPÍTULO 17

FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES	257
17.1 Breve histórico e disciplina constitucional.....	257
17.2 Fixação do número de vereadores	259
17.3 Prazo-limite para a alteração da composição	260
17.4 Casuística	263

CAPÍTULO 18

SÚMULAS DO TSE EM MATÉRIA PROCESSUAL	265
REFERÊNCIAS.....	269